



## Detalhamento na internet de tarifa de serviços vai à sanção

Projeto aprovado pelo Senado determina a divulgação, por concessionárias de serviços de gás, água, telefonia e energia, do valor das tarifas e da evolução dos preços



Eunício Oliveira (C) preside a sessão do Plenário que aprovou proposta para ampliar informação on-line, para o consumidor, sobre tarifas cobradas por serviços

Foi aprovado ontem pelo Senado, e segue para sanção do presidente Temer, o projeto que determina que as concessionárias de serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica terão que divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos.

Na Comissão de Transparência, o texto do deputado Felipe Bornier foi relatado por Cidinho Santos. Para ele, a mudança aperfeiçoa a legislação, garantindo aos consumidores mais direitos, sem provocar aumento significativo de custos. **3**

### Ministro pede que Congresso priorize projeto sobre Lei Geral das Teles

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, tratou ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, de pautas relacionadas à economia. Colnago apresentou ao Congresso uma lista de medidas que, na opinião do governo, podem contribuir para o desenvolvimento econômico. Entre os nove projetos considerados prioritários estão o que altera a Lei Geral de Telecomunicações, o da nova Lei de Finanças, o do Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial das Estatais e o que trata da proteção de dados pessoais. **3**



Ao lado de Cristovam Buarque (2º à dir), Gonzaga sugere pacto nas eleições

### Em sessão temática, TSE pede pacto por eleições limpas

Em sessão temática realizada no Senado sobre a paz nas eleições, o ministro do TSE Admar Gonzaga anunciou que o tribunal chamará os candidatos a presidente da República para propor

um pacto pela tolerância e contra as fake news.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, advertiu que as eleições de outubro serão marcadas pela polarização do eleitorado. **2**

### Comissão mista aprova texto de relator sobre a MP da Eletrobras

Comissão mista aprovou ontem, por 17 votos a 7, a medida provisória que reestrutura o setor elétrico.

O texto acatado é o projeto de lei de conversão do relator, deputado Júlio Lopes, que

agora segue para análise dos Plenários da Câmara e do Senado. A MP permite a inclusão da Eletrobras e de suas controladas no Programa Nacional de Desestatização. **5**



Comissão mista aprova medida provisória que reestrutura o setor elétrico

### Brasil e China terão acordo para aduanas **3**

### Agressão a mulher deficiente deverá ser informada **4**

### Agricultura familiar precisa de apoio, aponta audiência **6**

### Debate expõe críticas contra altas taxas de cartões

Representantes de lojistas e de consumidores criticaram ontem, em audiência da CPI dos Cartões, os juros

cobrados no setor. Eles pediram a fixação de alíquotas máximas, mais fiscalização e maior concorrência no mercado.

Também condenaram a permissão para os bancos definirem o limite mínimo a ser pago pelos clientes. **7**



Representantes de consumidores e lojistas em debate conduzido por Ataídes Oliveira e Fernando Bezerra (ambos ao centro)

### Servidor pode ter data garantida para reajuste anual de salário

Sugestão popular, aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos, prevê uma data-base para o reajuste do funcionalismo. A proposta, encaminhada pelo Portal e-Cidadania, agora passará a tramitar no Senado como projeto de lei. **6**

# Eleições podem ter pacto por tolerância a diferenças

Durante sessão temática “A paz no processo eleitoral” ministro do TSE informou que o tribunal pedirá a candidatos a presidente que assumam compromissos como não divulgar notícia falsa sobre concorrentes

APÓS O DIA 5 de agosto, quando termina o prazo para a realização das convenções partidárias, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luiz Fux, vai chamar os candidatos a presidente da República para a formalização de um pacto por um processo eleitoral tolerante e positivo.

A informação foi dada ontem pelo ministro do TSE Admar Gonzaga durante sessão temática no plenário do Senado que debateu o aumento de casos de violência e intolerância no processo político do país.

Gonzaga informou que Fux já vem negociando diretamente com os partidos, pois entende que ações inescrupulosas podem prejudicar seriamente o processo eleitoral.

No rol de preocupações do TSE estão a disseminação deliberada de *fake news* sobre os concorrentes e o estímulo à cultura da intolerância pelas legendas com quem pensa diferente de suas bases e de seus militantes:

— A sociedade precisa questionar a quem interessa a cultura de ódio que vem sendo pregada. Não pode ser aceito que alguém se ache no direito de atirar contra quem pensa diferente, como foi amplamente televisionado recentemente. Será que foi uma pessoa desequilibrada ou uma ação orquestrada visando



Berger (3º à dir.) e Cristovam (D) pediram a realização da sessão temática

explorar as divergências? Se formos neste rumo, a política será capturada pelos mais inescrupulosos.

Gonzaga também disse acreditar que outros atores na esfera pública precisam priorizar a educação política, e entende que o atual nível do debate no país é propício para o “envenenamento e toxicidade do ambiente das disputas eleitorais”.

## Elogios

A iniciativa do TSE de formalizar um termo de compromisso entre os candidatos foi elogiada pelo representante da Fundação Astrojildo Pereira (FAP) Tibério Canuto. Ele lembrou que em 2010, após uma série de atentados praticados pelo grupo separatista basco ETA, na Espanha, todas as outras forças políticas superaram suas divergências

ideológicas naturais e reagiram em conjunto para que as disputas se dessem dentro de regras civilizadas. Este movimento, surgido naturalmente na sociedade e encampado pelas lideranças, levou ao isolamento crescente do ETA, que culminou na autodissolução do grupo em 2018.

O presidente da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, pediu que a Justiça Eleitoral e o Ministério Público adotem forças-tarefa durante o processo eleitoral para dar respostas rápidas e possam punir quem apele para a violência política ou a disseminação de discursos de ódio.

## Partidos

Para o senador José Medeiros (Pode-MT), parte do clima do “vale-tudo” nas disputas políticas é responsabilidade dos partidos. Ele avalia predominar nas legendas a visão de que devem ganhar as eleições “a qualquer preço”, o que, para ele, é prejudicial para a população.

Na sessão, aberta pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (*veja ao lado*), Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que os tiros dados na caravana de Lula, no Rio Grande do Sul, o motivaram a requerer o debate. Para ele, atirar contra adversários na política é uma prática “totalmente fascista, incompatível com a civilização”.

O senador Dário Berger (PMDB-SC), que também assinou o requerimento para a discussão, disse que o país não pode ceder às tentações de visões extremistas.

— A história nos mostra que as visões sectárias conduzem ao fascismo, à exclusão de setores inteiros da sociedade, gerando conflitos e guerras. Mesmo hoje há países sofrendo muito, com populações preferindo fugir para outras nações, devido ao predomínio das visões autoritárias — concluiu.

— O resultado tem sido a radicalização, a violência verbal nas redes, com polêmicas desinformadas e virulentas, além de outros casos graves de ameaças e até assassinato.

*Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado*

# Mais verbas para municípios afetados por hidrelétricas

Foi publicada ontem a Lei 13.661, que altera a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos entre União, estados e municípios. Com as alterações, a parte dos recursos destinada aos municípios cresce 20 pontos percentuais.

O projeto tem origem no PLC 315/2009, aprovado no Senado em 11 de abril. A lei entra em vigor hoje.

A legislação anterior (Lei 8.001, de 1990) definia como

percentuais de distribuição da compensação 45% para os estados; 45% para os municípios; e 10% para a União (dividido entre ministérios).

A nova lei reduz o percentual de repasse para os estados de 45% para 25%, transferindo a diferença para os municípios, que passam da faixa de 45% para 65%. A compensação na área hídrica é repassada hoje, mensalmente, a 21 estados, ao Distrito Federal e a mais de 700 municípios.

# Intérprete em ação trabalhista será pago por parte perdedora

As custas referentes a honorários de intérpretes nas ações trabalhistas caberão à parte derrotada. É o que determina a Lei 13.660, publicada ontem.

Os intérpretes judiciais são contratados quando há a necessidade de oitivas com estrangeiros ou com pessoas que se expressam pela língua brasileira de sinais (Libras).

A lei tem origem no PLC 73/2011 e vale a partir de hoje.

Foi publicada também ontem a Lei 13.662, que abre crédito suplementar de R\$ 3 bilhões em favor de diversos órgãos do Executivo federal. A lei teve origem no PLN 4/2018. O crédito também dará subsídio ao Plano de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

# Para Humberto, PT deve apoiar reeleição do PSB em Pernambuco

Humberto Costa (PT-PE) disse que o momento do país exige a união da esquerda e recomendou que o PT apoie a candidatura à reeleição do governador de Pernambuco, Paulo Câmara, do PSB.

— Integrar um bloco em defesa de um projeto para Pernambuco e para o Brasil, no qual o PT terá um papel protagonista, é o melhor caminho pra devolver ao estado o fantástico desenvolvimento que experimentou quando Lula e Dilma governaram.



# Paim defende novas regras para dívida dos estados com a União

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação de projeto dele que altera o índice de correção das dívidas dos estados com a União. Hoje a dívida é corrigida pelo IGP-DI, mais 6%. Pelo PLS 561/2015, o índice passaria a ser o IPCA, retroativo à assinatura de contrato de crédito. A proposta, que tramita na CCJ, “beneficiará todos os estados”, disse Paim. Ele lembrou que a dívida do Rio Grande do Sul é de R\$ 9,7 bilhões. O estado já pagou R\$ 28 bilhões, mas continua devendo R\$ 60 bilhões. Se o projeto fosse aprovado, o estado teria a receber R\$ 10 bilhões da União.

## ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos feitos na tribuna do Senado após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CRE Mali e OMC

9h Sabatina de diplomatas indicados para embaixada no Mali e para representar o Brasil na Organização Mundial do Comércio.

### ESTATUTO DO TRABALHO Grupo

9h Audiência para receber contribuições do grupo de trabalho do colegiado.

### CPI DOS MAUS-TRATOS Depoentes

10h Reunião de trabalho e depoimentos. **MP 821/2018 Ministério da Segurança** 10h Audiência com o ministro do STF Alexandre de Moraes, entre outros.

### PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Abre a pauta o PLV 6/2018, que incentiva o setor de informática.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Vai à sanção detalhamento na internet de valor de tarifa

Segundo projeto aprovado pelo Senado, concessionárias de serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica terão que divulgar na internet, de forma clara, o valor das tarifas e a evolução dos preços

AS CONCESSIONÁRIAS DE serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica terão que divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos. É o que estabelece projeto aprovado ontem pelo Senado. O PLC 166/2017 segue para sanção.

O projeto, do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ), altera três leis para incluir exigência

da divulgação das informações nos sites das concessionárias. A previsão será incluída na Lei das Concessões, na lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica e na Lei Geral de Telecomunicações.

Na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC), o texto foi relatado pelo senador licenciado Cidinho Santos (PR-MT). Para ele, a mudança aperfeiçoa a legislação, garantindo mais

direitos aos consumidores.

“A proposição legislativa permitirá ao consumidor descobrir com mais facilidade o valor da tarifa cobrada pela prestadora do serviço público, de modo a comparar o preço cobrado por fornecedores que ofertam os mesmos serviços”, destaca. Ele também disse que a divulgação das informações não provocará aumento significativo de custos aos consumidores.



Foto: Agência Senado

Esteves Colnago e Eunício Oliveira debatem temas ligados à economia

## Ministro pede a Eunício prioridade a projeto sobre telecomunicações

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, para tratar de pautas relacionadas à economia do país.

— O objetivo foi trazer ao presidente um conjunto de medidas que podem contribuir para o desenvolvimento econômico. O Congresso já vem ajudando muito o governo. O Senado, em especial, aprovou muitas matérias microeconômicas no ano passado — disse Colnago.

De acordo com o ministro, entre os projetos considerados prioritários pelo governo está o que altera a Lei Geral de Telecomunicações. O PLC 79/2016 havia sido aprovado em decisão final pela extinta Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional do Senado e remetido para sanção. Entretanto, 12 senadores de cinco partidos (PT, PDT, PCdoB, PSB e PMDB) conseguiram, em fevereiro de 2017, uma liminar do ministro do Supremo Tribunal

Federal (STF), Luís Roberto Barroso, determinando o retorno do projeto ao Senado para votação pelo Plenário. Os senadores argumentaram que a proposta passou por uma tramitação acelerada, sem a análise das comissões permanentes da Casa e que deveria ter ido à votação no Plenário.

### Bens reversíveis

Entre os pontos da Lei Geral das Telecomunicações modificados pelo projeto, está o que permite que as empresas de telefonia fixa troquem o sistema de concessão pelo de autorização. A revenda de um espectro radiofônico passa a ser permitida diretamente entre as empresas. O texto também permite que os bens reversíveis, como os prédios e equipamentos que ficaram sob a responsabilidade das empresas após as privatizações, não precisem mais ser devolvidos ao Estado.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

## Confirmado acordo aduaneiro entre Brasil e China

O Senado aprovou ontem o acordo assinado entre Brasil e China para assistência mútua administrativa em questão aduaneira.

O PDS 18/2018 determina que as autoridades aduaneiras de ambos os países deverão manter especial vigilância e compartilhar informações relativas ao tráfico de drogas. O mesmo se dará em relação a pessoas, mercadorias, locais e meios de transporte sob

suspeita ou já sabidamente reconhecidos na prática de infrações aduaneiras. O texto vai à promulgação.

O relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Cristovam Buarque (PPS-DF), lembrou que o acordo está sendo efetivado num momento de tensão nas relações comerciais entre EUA e China, em que ambas as nações têm unilateralmente aumentado as tarifas de im-

portação de diversos produtos entre si.

Para ele, o novo acordo entre Brasil e China tem o viés oposto e visa à aproximação e facilitação das trocas comerciais.

O acordo resguarda a soberania e as leis de cada uma das partes e também trata do sigilo das informações, proibindo que os dados compartilhados sejam utilizados como prova em procedimentos judiciais.

## Aprovados indicados para Coreia do Sul e Cazaquistão

Os senadores aprovaram ontem dois embaixadores. O diplomata Luís Henrique Sobreira Lopes foi aprovado para a Coreia do Sul, com 63 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. Márcia Donner Abreu acumulará as embaixadas no Cazaquistão, no Turcomenistão e no Quirguistão. A

diplomata recebeu 44 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção.

Ambos foram sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) no mês passado.

Desde 2016, Lopes é diretor do Departamento da África do Itamaraty. Na sabatina, ele defendeu um acordo entre o

Mercosul e a Coreia para diminuir o déficit comercial enfrentado pelo Brasil. Já Márcia ressaltou que a Ásia Central, onde se localizam os três países em que ela representará o Brasil, tem ganhado relevância geopolítica e econômica nas últimas décadas e abriga riquezas minerais.

## Proposta aguarda acordo entre Caixa e lotéricos

Ainda depende de um acordo a votação do projeto que reajusta valores pagos pela Caixa aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos e outros convênios.

A informação foi dada ontem em Plenário pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Segundo ele, há notícias sobre um entendimento entre a Caixa e os permissionários, o que dispensaria a votação

do PLC 1/2018.

— Como houve um entendimento, eu não vou quebrar o acordo para depois haver um veto da área econômica e criar um problema — disse Eunício.

A declaração ocorreu após manifestação do senador Omar Aziz (PSD-AM), que cobrou a votação da proposta.

— Com a remuneração que eles [os lotéricos] estão tendo, não têm condições de

se manter — afirmou Omar.

A decisão tem sido adiada desde o final de abril, quando o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu aos senadores que aguardassem um acordo entre a Caixa e os representantes dos lotéricos.

A atualização dos valores é uma reivindicação dos lotéricos e correspondentes bancários. Eles alegam que a taxa paga por operação é baixa.

### Outros projetos

O Ministério do Planejamento considera como prioritários os seguintes textos que tramitam no Congresso:

- **PLP 441/2017** Cadastro positivo (aguarda análise no Plenário da Câmara)
- **PL 9163/2017** Política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (aguarda análise em Plenário na Câmara, apensado ao PL 4083/2015)
- **PLP 295/2016** Nova Lei de Finanças (aguarda criação de comissão temporária especial na Câmara)
- **PL 9.215/2017** Plano de Recuperação e Melhoria Empresarial das Empresas Estatais (aguarda relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico na Câmara)
- **PL 6.726/2016** Teto remuneratório (aguarda análise na comissão temporária especial na Câmara)
- **PL 6.621/2016** Agências reguladoras (aguarda criação de comissão temporária especial na Câmara)
- **PLP 200/1989** Autonomia do BC (aguarda relator na CCI da Câmara)
- **PLS 330/2013** Proteção de dados pessoais (único do Senado, aguarda análise na CAE)

### RÁPIDAS

#### MEDIDA QUE INCENTIVA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CHEGA AO SENADO

Chegou ao Senado ontem o projeto de lei de conversão decorrente da MP 810/2017, que altera as normas para investimento das empresas de tecnologia da informação em atividades de pesquisa e desenvolvimento como contrapartida para recebimento de isenções tributárias (PLV 6/2018).

O presidente da Casa, Eunício Oliveira, anunciou a inclusão do texto na pauta de hoje.

#### EUNÍCIO OLIVEIRA LAMENTA MORTE DO JURISTA JOSÉ GERARDO GROSSI

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, lamentou a morte do jurista José Gerardo Grossi. Advogado e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Grossi morreu ontem, em Brasília, aos 85 anos, depois de lutar contra um câncer de pulmão. Eunício disse que a morte de Grossi deixa uma lacuna na vida jurídica brasileira. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também lamentou a perda.

#### PROJETO QUE IMPEDE SUSPENSÃO DE OBRA PÚBLICA É RETIRADO DE PAUTA

Um projeto que veda a suspensão de obra pública foi retirado da pauta do Plenário. A decisão do presidente do Senado, Eunício Oliveira, foi tomada diante da falta de acordo. O projeto (PLS 447/2012) estabelece que, iniciada a obra, é vedada a suspensão por razões preexistentes à aprovação do projeto básico. Senadores manifestaram preocupação com o impacto ambiental da proposta.

#### OTTO ANUNCIA QUE NÃO VAI PAUTAR PROPOSTA SOBRE LEI DAS TELES

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), Otto Alencar (PSD-BA), anunciou que não vai colocar em votação no colegiado o projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações.

O presidente da Casa, Eunício Oliveira, disse que rejeitou de ofício os requerimentos para a distribuição do projeto a outras comissões. E recomendou que a CCT aprove um parecer técnico.

# Violência a mulher deficiente deve ser informada

Projeto aprovado ontem em comissão determina que boletim de ocorrência informe se a vítima tem deficiência ou se a agressão pode ter causado ou agravado a condição

A INFORMAÇÃO SOBRE condição de deficiência da mulher vítima de violência doméstica poderá ser obrigatória no registro do boletim de ocorrência. É o que prevê projeto (PLC 96/2017) aprovado ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue para análise da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O projeto inclui na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) a obrigatoriedade de informar no boletim de ocorrência, em casos de violência contra a mulher, quando a vítima tem condição preexistente de pessoa com deficiência ou ainda se a violência sofrida causou

o surgimento ou agravamento da condição.

A autora, deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), explica que o objetivo é elucidar casos em que a vítima pode ter sofrido

do tamanha violência que lhe causou danos permanentes, colocando-a na condição de pessoa com deficiência ou agravando condição já existente.

A relatora na CCJ, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), apresentou parecer favorável ao PLC. Marta explicou que, enquanto políticas públicas enfocam o combate à violência contra a mulher, a situação de mulheres com deficiência é por vezes negligenciada.

cientistas encontram barreiras na comunicação da violência e que, mesmo quando são entendidas, frequentemente têm seu depoimento desqualificado, sobretudo se possuem deficiência intelectual.

— Para a legislação, em geral, a mulher com deficiência e suas peculiaridades são invisíveis — resumiu Marta.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-MA), elogiou a iniciativa.

— Por mais que se legisle a respeito da punição aos responsáveis pela violência à mulher, sempre há um elemento novo que nos conduz a ampliar, melhorar e modernizar a legislação.



Gerardo Magela/Agência Senado

Para Marta, a situação das mulheres com deficiência é negligenciada

## Barreiras

Marta trouxe números coletados pela ONG Essas Mulheres que revelam que 68% das denúncias de violência contra pessoas com deficiência se referem a mulheres, número que salta a 82% quando se trata de violência sexual.

A ONG também sustenta que muitas mulheres defi-

# Para especialistas, agressão inviabiliza guarda compartilhada

Debatedores de audiência pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) defenderam ontem a adoção de exceções à guarda compartilhada obrigatória dos filhos, prevista em lei, em casos de violência doméstica.

Os desafios e possibilidades do compartilhamento da guarda frente à violência doméstica foram tema do debate, sugerido pela relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE).

A divisão da custódia dos filhos de pais separados é regulamentada e definida como obrigatória pela Lei da Guarda Compartilhada (Lei 13.058, de 2014). Essa obrigatoriedade, contudo, é inconciliável em casos de violência doméstica, segundo a psicanalista clínica Ana Maria Iencarelli.

— Uma criança não pode se sentir bem e ter estabilidade emocional dentro do ambiente

do agressor da mãe. É impossível essa conciliação, ou seja, a obrigatoriedade da guarda compartilhada em situação de litígio.

Para a psicanalista é “ilusório” pensar que a guarda compartilhada aproximará cônjuges que estão em litígio. Ela explicou ainda que a Organização dos Estados Americanos (OEA) recomenda que, em casos de suspeita de abuso sexual ou violência doméstica, não pode haver mediação ou conciliação.

A doutora em sociologia das relações sociais de gênero Ana Liési Thurler disse que na maioria das vezes a violência contra a mulher é presenciada pelos filhos e, por isso, acaba sendo também uma violência contra as crianças e adolescentes. Para funcionar de forma adequada, a guarda compartilhada deve ser desejada pelas duas partes da relação e deve ainda passar por uma

educação não sexista.

— Eu acredito que deve haver a guarda compartilhada quando aquela família já tem um histórico de cuidados e responsabilidades compartilhados, quando ninguém precisa interferir e as próprias pessoas querem.

A coordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, Flávia Nascimento afirmou que a visitação pre-

vista em um cenário de guarda compartilhada tem sido um grande ponto de vulnerabilidade para mulheres em situação de violência.

— Na prática, nós sabemos que os autores de violência usam a visitação para se aproximar das mulheres. O interesse [do homem] é realmente a criança ou é manter um vínculo com a mãe? — questionou.

Na segunda parte da reu-

nião, a comissão aprovou a realização de um seminário, ainda sem data, para avaliar a Lei Maria da Penha.

Para Luizianne, ainda é necessário percorrer um longo caminho para a ruptura do machismo e a transformação cultural de comportamento e respeito às mulheres.

A deputada defende que é preciso avaliar a legislação e “reunir forças para garantir a efetividade dessa lei”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debatedores afirmam que a violência doméstica deve gerar exceções à guarda compartilhada obrigatória por lei

## Gleisi: lei garante candidatura de Lula à Presidência

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que Lula será o candidato do PT à Presidência da República.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo ela, não procedem as especulações divulgadas pela mídia de que o ex-presidente não pode ser candidato por causa de sua condenação em segunda instância.

Gleisi explicou que, pela Constituição, a pessoa somente perde os direitos políticos após o trânsito em julgado da decisão penal condenatória, o que não é o caso de Lula, que ainda pode recorrer ao STJ e ao Supremo.

## Povo considera prisão injusta, afirma Jorge Viana

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o povo quer ver o país voltar a melhorar e guarda uma lembrança positiva do ex-presidente Lula, situação que contrastou com a falta de confiança em relação ao atual governo. Para o senador, cresce a avaliação de que Lula foi preso por motivos injustos.



Roque de Sá/Agência Senado

— Ele está hoje mais admirado, porque o povo não é bobo.

O senador também repercutiu o temor dos acrianos pela ameaça de corte do Bolsa Família, o que seria uma perversidade do governo federal.

## Para Lindbergh, reforma “destruiu” os trabalhadores

Ao analisar estatísticas sobre a estagnação econômica e o aumento da pobreza e do desemprego, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que o governo promove a “destruição” dos trabalhadores. O senador afirmou que a candidatura de Lula será levada “às últimas consequências” e que a eleição revelará a superioridade dos governos do PT.



Roque de Sá/Agência Senado

— Vamos comparar números, geração de empregos, retirada de pessoas da pobreza e jovens que entraram nas universidades.

## Telmário confirma leitura do Estatuto do Trabalho hoje

Telmário Mota (PDT-RR) convidou a população a acompanhar hoje, pela TV Senado, Rádio Senado e Agência Senado, a apresentação do anteprojeto de lei que pretende instituir o Estatuto do Trabalho. A reunião da Subcomissão do Estatuto do Trabalho começa às 9h.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo ele, a minuta do projeto resultou de 9 meses de trabalho, com 20 audiências públicas. A intenção da proposta, disse, é conferir maior segurança jurídica aos empregados e empregadores, melhorando a relação trabalhista.

## Eduardo Lopes destaca artigo de Marcelo Crivella

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou ontem artigo no qual o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, lista ações de seu governo. Publicado no dia 8 de maio no jornal *O Globo*, o artigo observa que o combate à desigualdade passa por melhorias na estrutura das regiões carentes, com obras de saneamento, drenagem e calçamento, além de melhorias nos sistemas de água e luz.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador afirmou que o prefeito cumpre com as promessas feitas durante a campanha eleitoral.

# Comissão mista aprova a MP da Eletrobras

Texto, que trata de outras mudanças no setor, foi aprovado como projeto de lei de conversão do relator, deputado Júlio Lopes, e segue para os Plenários da Câmara e do Senado

A MEDIDA PROVISÓRIA que reestrutura o setor elétrico e permite a privatização da Eletrobras foi aprovada ontem pela comissão mista encarregada de examiná-la. A MP 814/2017 passou como projeto de lei de conversão (PLV 12/2018) do relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ), e segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado. Foram 17 votos a favor e 7 contrários.

A medida excluiu da lei que trata da comercialização de energia elétrica o artigo que retirava a Eletrobras e suas controladas do Programa Nacional de Desestatização. Ainda ontem o relator modificou o texto, o que levou a novo adiamento. Enquanto a MP editada pelo governo tem 4 artigos, o texto sugerido por Lopes tem 28 artigos e trata de outras mudanças no setor.

Na avaliação do senador Humberto Costa (PT-PE), a medida provisória prepara o setor elétrico e abre caminho para a privatização da Eletrobras e de outras empresas e deveria ser rejeitada.



Deputado Julio Lopes, relator da medida que permite a privatização da Eletrobras, ao lado do senador Eduardo Braga (C), presidente da comissão mista

Já Lopes disse que o projeto de conversão ajudará a trazer investimentos que estão parados por brigas judiciais e a ampliar programas sociais.

— Na questão do risco hidrológico, estamos trazendo mais de R\$ 8 bilhões, que estão hoje depositados na Justiça

em contingências, para o setor de investimento na reestruturação do setor elétrico. E no [programa] Luz para Todos estamos dando uma extensão e ampliando a verba.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) elogiou um dispositivo incluído pela

comissão mista, que garante a pessoas de baixa renda um consumo gratuito mensal de 80 quilowatts/hora.

— O indivíduo muitas vezes tem energia cortada porque não consegue pagar uma conta de R\$ 4.

Romero Jucá (PMDB-RR)

e Valdir Raupp (PMDB-RO) defenderam o relator, apontando para a necessidade de mais investimentos no setor elétrico.

Lindbergh Farias (PT-RJ), entretanto, considerou a ideia de privatização da Eletrobras um “processo fraudulento”.

## Comissão debaterá fechamento de agências dos Correios e integração do São Francisco

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou dois requerimentos apresentados pela presidente do colegiado, senadora Fátima Bezerra (PT-RN). Ela quer debater o fechamento das agências dos Correios em todo o país e o cronograma das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Os Correios, segundo notícias, deverão fechar 513 agências próprias, demitindo

mais de 5 mil funcionários. Para esclarecer a informação, Fátima pediu a realização de uma audiência pública com o presidente interino da empresa, Carlos Fortner.

No requerimento, a senadora afirma estar preocupada em relação ao número de agências que poderão ser fechadas no Rio Grande do Norte. Segundo Fátima, o anúncio surpreendeu os trabalhadores dos Correios e preocupou a popu-

lação dos pequenos e médios municípios, que necessita dos serviços prestados pelas agências. A data da audiência ainda será definida.

— Na maioria dos municípios, só há uma agência dos Correios. Se for fechada, os habitantes serão muito prejudicados. Além disso, em Natal, Mossoró e Parnamirim, as agências próprias disputam com as franqueadas, o que nos faz temer pelo futuro das

agências do governo — justificou Fátima.

### Calendário

Em relação ao cronograma da finalização das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, principalmente às relacionadas ao Eixo Norte 1 e ao Ramal do Apodi, a senadora pediu a realização de três audiências públicas. Os debates serão em Brasília, na quarta-feira, e no Rio Grande

do Norte e na Paraíba, em datas e locais ainda a serem definidos.

“Queremos que o ministro da Integração Nacional nos apresente o calendário de execução para a conclusão das obras a fim de que se efetive a segurança hídrica tão esperada pela população dos estados beneficiários, em especial aqueles que convivem com o semiárido nordestino”, justifica a senadora no requerimento.

### Fátima diz que governo quer vender estatal por preço muito baixo

Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou a aprovação da medida provisória que possibilita a privatização da Eletrobras pela comissão mista que a analisa.

A senadora discorda do fato de a MP 814/2017 permitir a venda da Eletrobras, o que, disse, aumentaria a tarifa de energia elétrica.

Ela também criticou a intenção do governo de vender a estatal por um preço muito menor do que ela realmente vale.

— É um ato criminoso pegar uma empresa do porte da Eletrobras e simplesmente colocar, como se diz, na bacia das almas, a preço vil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MP da Eletrobras vai penalizar o consumidor e o país, critica Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou a Medida Provisória 814/2017, que permite a privatização da Eletrobras e reestrutura o setor elétrico da Região Norte. Para ela, o texto do governo penaliza os consumidores e o próprio Estado brasileiro, além de facilitar a vida de empresas estrangeiras.

Segundo a senadora, a Aneel desaprovou 18 de 27 itens da medida analisados, o que já seria suficiente para a rejeição do texto pelo Congresso.

— Mas lamentavelmente ela foi aprovada sem que tivessem os parlamentares presentes a liberdade e o direito regimental que lhes é garantido de falar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Privatizar prejudica o desenvolvimento do país, diz Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou as propostas de privatização de estatais, que, para ela, atentam contra o patrimônio e não contribuem para o desenvolvimento. Ela atacou a medida provisória que abre a possibilidade de venda da Eletrobras (MP 814/2017), além de advertir que a Petrobras é alvo de “tentativas de destruição”.

A senadora disse que o próximo presidente terá que sanar o legado negativo do modelo econômico.

— É mais do mesmo: é mais miséria, mais desemprego, mais deterioração da força do trabalho e mais dependência econômica.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Requião propõe reforma tributária para reduzir Imposto de Renda

Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou a apresentação de um projeto de reforma tributária para diminuir os impostos cobrados dos assalariados e fomentar a criação de empregos. Pelo texto, a alíquota do Imposto de Renda seria menor para salários mais baixos e maior para salários a partir de R\$ 50 mil. A proposta também prevê a tributação de ganhos dos dividendos dos lucros empresariais.

— É uma política anticíclica. É uma proposta dura, radical, porque ela vai à raiz do problema. Sem demanda e sem salário, o Brasil para, assim como para sem investimento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Para Medeiros, máquina apreendida deve ir para prefeituras

José Medeiros (Pode-MT) criticou a prática do Ibama de queimar equipamentos de pessoas envolvidas em crimes ambientais. O senador considerou que eles deveriam ser entregues às prefeituras, que poderiam usá-los em favor da população. Para Medeiros, é preciso revogar a portaria e evitar destruição de patrimônio. Ele relatou que já conversou com o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, que mostrou-se receptivo.

— A Polícia Federal tem condição de apreender esses bens, deixar na prefeitura, como fiel depositária. O prefeito que receber três máquinas vai soltar fogos — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Sugestão popular prevê data-base para servidor

Aprovada ontem em comissão do Senado, ideia sugerida pela internet passa agora a tramitar como projeto de lei. Objetivo é garantir data para reajuste do funcionalismo

SERVIDORES PÚBLICOS DE todas as esferas podem ter a garantia do reajuste anual do salário. É o que prevê a Sugestão Legislativa 1/2018, aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ontem e que agora passa a tramitar no Senado como projeto de lei.

A sugestão, proposta via Portal e-Cidadania por Jasiva Correa, do Rio Grande do Sul, obriga o cumprimento da garantia de data-base aos

servidores públicos, prevista no artigo 37 da Constituição. Data-base é a data anual em que servidores por lei recebem o reajuste referente ao ano anterior. Jasiva alega que a data-base é “cumprida pelo setor privado e a inexistência de regulamentação para os servidores públicos corrói salários, congela benefícios e precariza serviços prestados”.

O relator na CDH, senador Hélio José (Pros-DF), é favorável à sugestão quanto ao

mérito, mas argumenta que a data-base dos servidores já é regulamentada pela Lei 10.331, de 2001, que inclusive já foi cumprida em 2003 e 2004. Já o reajuste de 2005 foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso, mas nunca chegou a ser aprovado. E, a partir de 2006, o governo federal nem sequer encaminhou proposta de reajuste.

Para Hélio José, o que tem ocorrido é a omissão da Presidência da República

em encaminhar projeto que especifique o índice de reajuste a cada ano. Como a iniciativa de propor o reajuste é privativa do governo federal, o senador propõe um projeto para tipificar o crime de responsabilidade do presidente da República, de governadores e de prefeitos pela omissão no encaminhamento das propostas de reajuste.

— A proposta é de cunho fundamental para os servidores, pois ela garante um direito

que várias categorias têm, que é o direito da data-base, à correção salarial e o direito de recuperar as perdas inflacionárias — disse o relator.

Sugestões de lei são recebidas no Portal e-Cidadania do Senado. São iniciativas da sociedade e precisam ter apoio de no mínimo 20 mil assinaturas em quatro meses para serem encaminhadas para a CDH, onde são votadas pelos senadores e podem virar projeto de lei.



Paim (C) preside debate com Rovaris, Marcos Rochinski, Santos e Venturin

## Audiência ressalta necessidades específicas da agricultura familiar

O fortalecimento de políticas específicas para a agricultura familiar e a ampliação do acesso à assistência técnica foram alguns dos pontos defendidos por participantes de audiência pública da Comissão de Educação e Cultura (CE) ontem. A audiência foi destinada a discutir um projeto que cria a Semana Nacional da Agricultura Familiar. O PLC 4/2017, em análise na comissão, aguarda o relatório da senadora Regina Sousa (PT-PI).

Pelo projeto, do deputado Heitor Schuch (PSB-RS), a celebração será feita anualmente na semana do dia 24 de julho, data da sanção, em 2016, da Política Nacional de Agricultura Familiar. No Brasil, cerca de 5 milhões de famílias vivem da atividade.

Representante da Secretaria de Agricultura Familiar da Casa Civil, Rodrigo Venturin defendeu a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

— Além de trazer uma produção diferente, atender de

70% a 80% dos brasileiros com os produtos da cesta básica, a agricultura familiar tem uma característica de produzir diferente do agronegócio, mas de uma qualidade muito grande.

O coordenador de Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Kleber Santos, garantiu que a pasta reconhece o papel do pequeno agricultor. E destacou a necessidade de políticas específicas para o setor.

Essa política deveria abranger programas de assistência técnica, avaliou Antoninho Rovaris, da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). Para ele, a concessão de crédito sem auxílio técnico obriga o produtor a aderir ao refinanciamento de dívidas:

— Algo está errado quando você tem uma política de crédito que empresta recurso para um agricultor familiar e não lhe garante assistência técnica.

O senador Paulo Paim (PT-RS) sugeriu que o PLC 4/2017 se transforme em lei antes do dia 25 de julho, Dia do Colono.

## Avança regulamentação da atividade de marketing

O profissional de mercadologia, comumente conhecido como profissional de marketing, precisará do diploma de nível superior na área para exercer a profissão. É o que estabelece o PLC 103/2017, aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão final.

O texto, que disciplina a profissão, permite que continuem a exercê-la os trabalhadores que comprovadamente já exerciam as atividades na

área até a data de publicação da lei, caso seja sancionada.

### Funções

Pelo projeto, profissional de marketing é o responsável pelo planejamento e operacionalização de ações no mercado, com desempenho de atividades nos ambientes interno e externo de uma organização.

Entre as atribuições da profissão, estão: planejamento do endomarketing organizacional, educação e treinamento de lideranças, captação de recursos para a organização,

definição do posicionamento organizacional, administração da carteira de clientes e dos planos de venda.

O relator na CDH, Hélio José (Pros-DF) leu parecer favorável à proposta. Para o senador, o projeto “pode colaborar para a eficácia e efetividade dos direitos, inclusive com a responsabilização dos profissionais que atuarem contra as garantias mínimas e a dignidade humana”.

Para o autor do projeto, deputado Felipe Bornier (Pros-RJ), a regulamentação vai resguardar direitos e salários.

## Otto alerta para efeitos de excesso de uso de celular

Otto Alencar (PSD-BA) alertou para o perigo do uso excessivo de celulares, especialmente por crianças e adolescentes. O senador e médico disse que, segundo pesquisas, quase metade dos brasileiros verifica os celulares compulsivamente. Otto anunciou que apresentará um projeto para que em cada celular seja colocada a advertência: use com moderação. E chamou a atenção para os problemas ortopédicos pelo excesso de uso:

— Pela pressão, uma das vértebras pode ser deformada. E aí é uma lesão de dor para o resto da vida.

## Gurgacz: infância deve ter prioridade no Congresso

Acir Gurgacz (PDT-RO) chamou a atenção para a pobreza, que, segundo estudo, atinge 40% das crianças do país. Na Região Norte, afirmou, o índice sobe para 60%.

O senador disse que há quase 4 mil projetos em defesa da infância no Congresso, como um de autoria dele que proíbe o comércio de bebidas e cigarros perto de escolas (PLS 177/2011). Ele pediu agilidade na tramitação dos projetos e investimentos em educação para atacar o problema pela raiz.



Reque de São Agência Senado

## Malta defende porte de armas para zona rural

Magno Malta (PP-ES) relatou visita a cidades capixabas, como Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Guaçuá. Ele foi a uma casa de recuperação de dependentes em drogas, ministrou palestra sobre violência no campo e se reuniu com lideranças políticas e religiosas. Ao anunciar apoio à candidatura de Jair Bolsonaro, defendeu o direito à posse de arma de fogo.

— Um homem no campo hoje não pode viver desarmado. Veja aí o terror que o MST está fazendo.



Reque de São Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Senadores Ataídes Oliveira e Bezerra (ambos ao centro) conduzem debate na comissão parlamentar de inquérito

## Debatedores criticam altas taxas dos cartões de crédito

Em audiência pública de CPI, representantes de consumidores e lojistas defenderam a fixação de alíquota máxima a ser cobrada e a ampliação da concorrência no setor, além de mais fiscalização

A CPI DOS Cartões de Crédito recebeu ontem representantes de consumidores e lojistas para discutir, em audiência pública, os principais benefícios e custos dessa modalidade de pagamento. O debate foi o primeiro de uma série prevista no plano de trabalho da comissão.

De acordo com o representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Henrique Lian, os juros são apenas um dos componentes do custo no mercado de cartões. Somados aos encargos administrativos e a outros tributos, o total de taxas cobradas dos consumidores sobe ainda mais. Para ele, é necessário que haja a fixação de uma taxa máxima a ser cobrada nas transações.

Já o presidente da União

Nacional das Entidades de Comércio e Serviço, Paulo Solmucci, acredita que a falta de concorrência estimula os preços altos. Segundo ele, cinco bancos controlam 80% das operações de crédito privado no Brasil.

— A verticalização permite que eles escolham onde ganhar dinheiro. Então a questão tem que ser vista de maneira sistêmica: como ampliar a concorrência nesse mercado?

### Pagamento mínimo

Outra questão discutida foi o fim da exigência de pagamento mínimo de 15% da fatura. Uma resolução do Banco Central determina que, a partir de 1º de junho, cada banco poderá definir o percentual mínimo a ser pago pelo cliente.

O advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor Igor Rodrigues Britto criticou a medida.

— Cada banco estipular o limite mínimo é um estímulo que o governo dá para as pessoas se superendividarem.

Os problemas apontados na audiência mostram que deve haver mais fiscalização do mercado de crédito, disse o relator da CPI, senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

— É preciso maior fiscalização por parte dos órgãos reguladores e que a gente possa ter um marco legal melhor, que permita maior concorrência e, conseqüentemente, reduza esses juros — defendeu.

Na próxima reunião, a CPI ouvirá as empresas credenciadoras de cartão de crédito.

## Novo Código Comercial não pode gerar incertezas, diz professor

Para evitar incertezas e a geração de um ambiente de crescente judicialização, o projeto de reforma do Código Comercial deve evitar a sobreposição de procedimentos já previstos na legislação em vigor. O alerta foi feito ontem pelo professor de direito processual civil da Universidade de São Paulo (USP) Alexandre Siqueira Freire. Em audiência na comissão temporária para reforma do Código Comercial, Freire destacou que o PLS 487/2013 deveria conter cláusulas de remissão para evitar insegurança jurídica.

A manutenção da liberdade contratual no ambiente de negócios, em que as partes possam conhecer as regras do jogo e a previsibilidade de sua aplicação, foi defendida pelo representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Nichele.

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Gustavo Costa Neto disse que o anteprojeto tem amadurecido e em breve estará em condições

de ser aprovado. Para ele, a definição da atuação das juntas comerciais, contemplada no texto, pode ser decisiva no contexto do processo empresarial.

— Deveríamos criar estrutura que regulasse o processo comercial no âmbito das juntas comerciais, pois estaríamos avançando para a desjudicialização das questões empresariais — afirmou.

Representante do Ministério da Agricultura, Sávio Pereira disse que o PLS 487/2013, do ponto de vista dos contratos agropecuários, não apresenta problemas, visto que as definições contidas no texto já estão presentes nas normas que instituíram os títulos de financiamento do agronegócio.

Consultor jurídico da Confederação Nacional do Comércio, Marcelo Barreto disse que o texto do anteprojeto deve reestruturar o direito empresarial e conviver em estreita harmonia com a legislação comercial em vigor. Ele acentuou que não se pode absorver todas as regras em um único diploma, dado o dinamismo do setor.



Audiência foi presidida por Pedro Chaves (3º à esq.), relator da comissão

## Senadores pedem que texto que amplia combate a fumo passe por outra comissão

Um impasse no andamento do projeto que amplia o combate ao tabagismo levou ao adiamento da votação da proposta ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Entre outros pontos, o PLS

769/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), veda qualquer forma de propaganda de produtos fumígenos nos locais de venda, proíbe o uso de substâncias sintéticas e naturais que possam modificar o sabor de cigarros e ainda estabelece multa para o mo-

torista que fumar na presença de menores de 18 anos.

Após pedido de vista, a senadora Ana Amélia (PP-RS) e o senador Ivo Cassol (PP-RO) queixaram-se do fato de o projeto não passar pela análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Segundo eles, a medida pode trazer impactos negativos para os produtores de tabaco.

Na presidência da reunião, o senador Airton Sandoval (PMDB-SP) informou que já há requerimento solicitando o encaminhamento da proposta à CRA.

— Com certeza o presidente do Senado, Eunício Oliveira, dará prioridade e o projeto certamente passará pela Comissão de Agricultura — disse Sandoval.

O relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), recomendou a aprovação da proposta.

### Regina Sousa homenageia militante contra a violência

Regina Sousa (PT-PI) homenageou uma das fundadoras do movimento Mães de Maio, Vera Lúcia Gonzaga, que foi encontrada morta na semana passada em sua casa na periferia de Santos (SP), aparentemente por suicídio.

A senadora disse que Vera Lúcia estava deprimida porque nunca se recuperou da perda de sua filha e do genro na onda de execuções sumárias em 2006, em São Paulo. Para Regina, é importante combater a criminalidade, mas também a violência do próprio Estado.

— É um Estado que não dá segurança aos seus policiais. Quantos estão sendo assassinados?



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Paulo Rocha cobra ações de combate à violência no Pará

Paulo Rocha (PT-PA) apontou a crescente violência no Pará. Ele criticou a falta de capacidade do governo paraense de tomar medidas de combate ao crime. Belém, disse, tem o segundo maior número de assassinatos entre as capitais.

O senador cobrou políticas públicas de inclusão social, capazes de afastar os jovens da influência do narcotráfico, além de investimentos em tecnologia para monitorar os agentes do crime.

— Precisamos dar um basta na violência para que todos os paraenses tenham sua vida preservada, capaz de viver numa terra tão rica como o Pará.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Valadares defende sistema unificado de segurança

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a aprovação do projeto que cria o Sistema Unificado de Segurança Pública (Susp). Para o senador, a proposta pode conter a violência que vem ocorrendo em todo o Brasil. Sergipe, segundo ele, é o estado recordista em casos de morte violenta, com 64 crimes para cada grupo de 100 mil habitantes em 2016, número seis vezes maior que o tolerado pela Organização Mundial da Saúde.

Valadares considerou que o projeto vai tirar do foco uma atitude meramente repressiva, dando atenção maior aos direitos humanos e à cidadania no enfrentamento da violência.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Ângela aplaude decisão de Fachin sobre servidores

Ângela Portela (PDT-RO) comemorou a decisão tomada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Edson Fachin em favor da transferência de servidores de ex-territórios para a União. Em resposta a uma ação movida pela Procuradoria-Geral da República, Fachin observou que a Emenda Constitucional 98 tem “integral eficácia fático normativa”. A emenda determina a inclusão dos servidores dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá nos quadros da União. Ângela lembrou que a MP 817/2018, que regulamenta a emenda, continua a tramitar no Congresso, após aprovação em comissão mista.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gerência: Mônica/Agência Senado



Edison Lobão preside reunião que aprovou projeto para proteger magistrados no exercício de suas funções

## Carro de juiz e promotor em risco pode ter placa especial

Segundo o projeto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e que vai para o Plenário, a situação de risco será avaliada pelas corregedorias, mesmo para magistrado que não exerça jurisdição criminal

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que autoriza a colocação temporária de placa especial em veículos de membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público em situação de risco. O texto segue para o Plenário.

O PLC 166/2015 determina que, excepcionalmente, mediante autorização das respectivas corregedorias e com a devida comunicação aos órgãos de trânsito, os carros usados por esses profissionais no exercício de uma atribuição criminal, assim como outros veículos utilizados por eles, deverão temporariamente ter essas placas.

Tal medida seguirá um regulamento a ser emitido conjuntamente pelos Conselhos Nacionais de Justiça (CNJ), do Ministério Público (CNMP) e de Trânsito (Contran).

Hoje o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê o uso dessas placas especiais temporariamente aos magistrados que exerçam competência ou atribuição criminal, mas não para os que especificamente estejam em risco em razão do exercício da função.

“O projeto procura corrigir a imperfeição, ampliando a possibilidade e incluindo todos os magistrados, independentemente de exercerem jurisdição criminal, desde que

se encontrem em situação de risco. E essa situação de risco será avaliada pelas respectivas corregedorias”, afirmou na justificativa o autor da proposta, deputado Valtenir Pereira (Pros-MT).

O relator na CCJ, senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), em seu voto favorável, destacou a sintonia da proposta com a Lei 12.694, de 2012, que regula o processo e o julgamento colegiado em primeira instância de crimes praticados por organizações criminosas. Para Amorim, o projeto garante a integridade dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público no exercício de suas funções.

## Votação do Sistema Único de Segurança é adiada

Ficou para a próxima semana a votação do projeto de lei da Câmara que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Ontem o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) apresentou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu relatório, favorável à proposta. Mas o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), aceitou pedido de vista coletiva para que os senadores tenham mais tempo para analisar o texto (PLC 19/2018).

O pedido foi feito inicialmente por Lindbergh Farias (PT-RJ), que reclamou do fato de o Senado ter que votar às pressas uma proposta que tramitou por seis meses na Câmara dos Deputados, depois que veio do Poder Executivo.

— Se o relator não estivesse preso a essa tese de que não pode mexer no texto para que não volte à Câmara, tenho certeza de que ele faria um relatório primoroso, com todas as mudanças necessárias. Mas não dá. O projeto ficou seis meses na Câmara e agora não podemos mexer? Não podemos

aceitar isso. Não podemos votar no afogadilho.

Se for aprovada sem alterações pela CCJ e depois pelo Plenário do Senado, a proposta poderá seguir para a sanção presidencial.

### Jovens infratores

Um dos pontos abordados pelos senadores foi o tratamento dado pelo projeto ao sistema socioeducativo de crianças e adolescentes. O relator garantiu que não haverá retirada de prerrogativa dos órgãos responsáveis pela política de proteção dos menores de 18 anos.

— O sistema socioeducativo integra o sistema de direitos humanos e deve ter correlação com uma política mais ampla. Não retiramos qualquer competência de ninguém. Só dizemos que os órgãos socioeducativos também integram o Susp para fins de estratégia de cooperação — disse Anastasia.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou o fato de o texto não trazer menção à proteção a vítimas e a testemunhas. Segundo ele, a pala-

vra vítima, por exemplo, não aparece sequer uma vez entre os 50 artigos da proposta.

Valadares e a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) questionaram a redação dada a um artigo do projeto. Para os dois senadores, da forma como está escrito, dá a entender que a guarda municipal não faz parte dos órgãos de segurança elencados pela Constituição. O relator não aceitou o argumento e lembrou que, em outros trechos, o projeto cita expressamente as guardas municipais como agentes operacionais do Susp, juntamente com as polícias, agentes penitenciários, bombeiros militares, agentes de trânsito, guardas portuários, secretarias e outros órgãos.

O órgão central do Susp será o Ministério Extraordinário da Segurança Pública. O projeto institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Prevista para durar dez anos, tem como ponto de partida a atuação conjunta dos órgãos de segurança e defesa social de União, estados, Distrito Federal e municípios, em articulação com a sociedade.

## Projeto que cria Estatuto do Cigano é aprovado em comissão

O projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que cria o Estatuto do Cigano foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com emendas do relator, Hélio José (Pros-DF). O PLS 248/2015 segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O estatuto determina ser dever do Estado e da sociedade garantir à população cigana a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

A proposta garante oportunidades aos povos ciganos no acesso a saúde, terra e trabalho e nas políticas de promoção da igualdade social. Incentiva a educação básica da população cigana, com direito à transferência da matrícula e a vaga nas escolas públicas. Também serão criados espaços para a disseminação da cultura cigana.

A proposta institui ainda a obrigação de serem recolhidos, periodicamente, dados demográficos sobre os povos ciganos para subsidiar a elaboração de políticas públicas.

Outra inovação é a caracterização das línguas ciganas como bem cultural de natureza imaterial e o direito à preservação do patrimônio histórico e cultural, material

e imaterial e sua continuação como povo formador da história do Brasil.

### Trabalho

O governo deverá adotar ações para vedar a discriminação no emprego e na profissão. Haverá incentivo e orientação à população cigana quanto ao crédito para a pequena e média produção. O acesso à moradia também será garantido. Os ranchos e acampamentos são partes da cultura e tradição da população cigana, configurando-se asilo inviolável, diz o projeto.

Hélio José também relatou a proposta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde apresentou emendas. Uma delas refere-se à identidade cigana. O texto de Paim diz que são considerados ciganos os que se autodeclararem assim. Hélio José propôs que também seja necessário que o indivíduo seja reconhecido pela comunidade como tal.

Outra mudança assegura o atendimento de urgência e emergência nos serviços do SUS ao cigano, mesmo que não for civilmente identificado. O texto de Paim garante o acesso irrestrito aos serviços de saúde. Hélio José quer evitar que criminosos se apresentem falsamente como ciganos para usar o SUS anonimamente.



Hélio José, relator do projeto, é favorável à aprovação, com emendas

## Prioridade para exame auditivo e de visão em alunos vai a Plenário

Programas de assistência à saúde de alunos, como o Saúde na Escola, devem priorizar a identificação e correção de problemas visuais e auditivos. A determinação está no PLC 104/2015, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto terá que ser votado ainda pelo Plenário do Senado.

Segundo o texto, a realização dos exames terá recursos financeiros do Ministério da Saúde, que poderá estabelecer convênios e parcerias com os governos. Caso seja detectada alguma anomalia, a criança será encaminhada

para especialista do Sistema Único de Saúde (SUS).

Otto Alencar (PSD-BA), relator da proposta na CAS, recomendou a aprovação do texto, um substitutivo da Comissão de Educação (CE) ao projeto original do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP).

O senador ressalta que problemas visuais e auditivos podem desencadear grandes prejuízos para a aprendizagem e para a socialização das crianças. Por isso, argumenta, a detecção e o tratamento precoces são medidas importantes.